



Centrais convocam greve geral contra reforma da Previdência



1º de maio: presidente do Sindicato, Stela, fala durante passeata



1º de Maio no Largo da Catedral, em Campinas

As centrais sindicais convocaram greve geral contra a reforma da Previdência (PEC 6) proposta pelo governo Jair Bolsonaro, durante ato público em comemoração ao 1º de Maio, no Largo da Catedral em Campinas. A data indicativa é 14 de junho e o Sindicato irá realizar assembleia para aprovar a participação da categoria no movimento nacional. Antes do ato, os trabalhadores reunidos no Largo do Pará saíram em passeata em direção ao Largo da Catedral.

O 1º de Maio deste ano foi unificado, reunindo as seguintes centrais sindicais: Força Sindical, CTB, Intersindical, CSP-Conlutas, Nova Central, CGTB, CSB, UGT e CUT. Além de protestar contra a reforma da Pre-

vidência encaminhada ao Congresso Nacional no último dia 20 de fevereiro, o Dia do Trabalhador foi em defesa da manutenção da política de valorização do salário mínimo.

Greve geral: Em 2017, os sindicatos coordenaram duas greves gerais contra as reformas da Previdência (PEC 287) e trabalhista; ambas foram propostas pelo governo Michel Temer. A primeira greve geral naquele ano foi no dia 28 de abril; a segunda, no dia 30 de junho. Em Campinas, a categoria bancária participou das duas greves.

Reforma da Previdência

A reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional (PEC 6) adia a data da aposentadoria, exi-

ge maior número de contribuições, reduz os valores dos benefícios e restringe o acesso. A anunciada “Nova Previdência” representa o fim da seguridade social, prevista na Constituição Federal, ao propor a substituição do sistema de repartição (quem está na ativa sustenta quem está aposentado) pelo regime de capitalização (contas individuais). É a privatização da atual Previdência Social.

As mudanças previstas na PEC 6, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), “ameaçam substituir os princípios de solidariedade, universalidade e provimento público de proteção social, que hoje alicerçam o sistema, por princípios baseados no

individualismo, na focalização das políticas públicas e na privatização da previdência”.

Salário mínimo: O governo Jair Bolsonaro decidiu interromper a política de valorização do salário, que previa aumento real. A partir de 2020, o salário mínimo será reajustado apenas pela inflação, como estabelece a Constituição Federal. A política de valorização do salário mínimo (aumento real equivalente a variação do Produto Interno Bruto/PIB de dois anos antes) vigorou de 2007 a 2019. Segundo o Dieese, caso o reajuste fosse tão somente pela inflação (no período 2005 a 2019), o salário mínimo nacional seria hoje de R\$ 573,00; e não de R\$ 998,00.

“Esquenta” greve geral

As centrais sindicais realizam no dia 15 deste mês de maio um Dia Nacional de Luta, um “esquenta” para a greve geral, a ser deflagrada no dia 14 de junho. A mobilização será também em apoio à greve nacional dos professores em

Defesa da Educação e da Escola Pública.

Coleta de assinaturas

Em Campinas, o Sindicato irá montar barraca no centro da cidade para coletar assinaturas em documento em defesa da Previ-

dência Social, a ser encaminhado ao Congresso Nacional. No abaixo-assinado, os cidadãos pedem aos parlamentares que votem contra a Proposta de Emenda à Constituição 06/2019 (PEC).

Cálculo da aposentadoria: Além

da coleta de assinaturas, a barraca do Sindicato contará com advogados do Departamento Jurídico para prestar todos os esclarecimentos sobre a reforma da Previdência; inclusive cálculos de aposentadoria.

AGÊNCIAS

Trabalho voluntário no Santander

O Santander anunciou recentemente que durante os meses de maio e junho abrirá agências em todo o país, aos sábados, para oferecer orientações financeiras aos clientes e à população em geral.

O banco espanhol esclareceu durante reunião do Comitê de Relações Trabalhistas (CRT), realizada no último dia 25 de abril, realizada em São Paulo, que o trabalho será “voluntário”. Em Campinas, a agência Centro abriu suas portas no dia

4 deste mês de maio.

Denuncie ao Sindicato

O Santander assegurou que a adesão dos funcionários é espontânea. Portanto, quem se sentir pressionado deve denunciar ao Sindicato.

Sindicatos cobram garantia de emprego do Itaú

Reunido com os sindicatos no dia 7 deste mês de maio, em São Paulo, o Itaú repassou informações sobre o fechamento de agências no país, solicitadas em reunião realizada no último dia 20 de março. Segundo o maior banco privado do país, foram fechadas 77 agências até o momento e serão fechadas mais 57 até o dia 3 de junho. Os sindicatos cobraram garantia de emprego. O vice-presidente do Sindicato, Mauri Sérgio, participou da reunião realizada na sede da Contraf-CUT.

Realocação: 112 funcionários de 122 da área operacional lotados nas 35 agências fechadas até o dia 15 de abril (no último dia 6 foram fechadas mais 42, totalizando 77 no país), foram realocados; os outros 10 foram desligados. “Os dados sobre a área comercial estão em fase de fechamento. Quanto ao número total de demissões, o Itaú não informou”, observa Mauri Sérgio. Os sindicatos cobraram a reabertura do Centro de Realocação e que os funcionários não sejam avaliados durante os seis primeiros me-

ses em novas funções.

Dados estatísticos

O Itaú apresentou informações demográficas internas. As mulheres representam 59,4% do quadro funcional. Do total de funcionários, 95,73% aderiram ao convênio médico do banco.

Na comparação do número de desligamentos entre o primeiro trimestre de 2018 com o mesmo período de 2019 os dados se mantiveram. O maior número de desligamentos (26,2%) se concentra na faixa de 25

anos a 34 anos. Outros 18,8% de desligamentos ocorreram na faixa de 40 anos a 49 anos.

Os números de desligamentos por áreas, neste ano, são os seguintes: 31% área administrativa, 27,2% área comercial e 41,8% operacional. Em 2018, os números de desligamentos foram de 28% área administrativa, 40,9% área comercial e 31,1% operacional, o que mostra uma inversão nos números da área operacional e comercial. Próxima reunião: 18 de junho.

MOBILIZAÇÃO

Frente parlamentar em defesa dos bancos públicos

O lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos aconteceu no último dia 8, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, durante seminário sobre o tema. Além de parlamentares, o evento contou com a participação de dirigentes da Contraf-

CUT, Fena e representantes dos movimentos sociais e da Aliança Latino-Americana em Defesa dos Bancos Públicos da Uni Américas Finanças da Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia e Peru. O diretor do Sindicato, Carlos Augusto Silva (Pipoca), participou do lançamento como re-

presentante da Federação dos Bancários de SP e MS.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos irá analisar todos os projetos em tramitação nas duas casas legislativas, Câmara e Senado, e difundir a importância das instituições financeiras públicas

para o desenvolvimento do país.

Coordenada pelo senador Jacques Wagner (PT-BA) e o deputado Zé Carlos (PT-MA), a Frente será também um espaço para a análise de todos os fatores que envolvem as ameaças de privatização, em suas diferentes modalidades.

CONSULTA

Sindicato orienta aprovação da reforma estatutária da Cassi

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) inicia consulta aos associados sobre a nova proposta de reforma estatutária no dia 17 deste mês de maio, que se estende até o próximo dia 27. Construída ao longo de nove rodadas de negociação com as entidades representativas dos associados (ativos e aposentados), entre os dias 31 de janeiro e 27 de março deste ano, a nova proposta prevê “mudança de custeio do Plano de Associados e medidas de aprimoramento da governança e da gestão” da Cassi.

Entre as mudanças, cabe destacar:

contribuição de 4% sobre a remuneração do associado ativo ou sobre a soma do benefício do INSS mais



Previ do aposentado/pensionista, com mínimo de R\$ 120,00; já a contribuição do banco será de 4,5%, com mínimo de R\$ 135,00. Em termos percentuais, o BB será responsável por 60% e o associado por 40% do custeio, até 2021. A partir do ano de 2022, o custeio será paritário (50%).

Orientação: A Contraf-CUT, a Federação dos Bancários de SP e MS e o Sindicato defendem a aprovação da proposta. Para a diretora do Sindicato, Elisa Ferreira, que representa a FEEB SP e MS na mesa de negociação, “alguns pontos são críticos, mas

é preciso compreender que as partes chegaram ao limite, sem esgarçamento. Entre eles, cabe destacar que o chamado Voto de Minerva não existe mais no Conselho Deliberativo, apenas na presidência (voto de decisão); e a cobrança por dependente será com base num percentual da renda. O que representa um avanço por ser mais equânime que um valor fixo”.

Onde votar: Os associados podem votar no site e app da Cassi, nos terminais de autoatendimento do BB e via SisBB (apenas para os funcionários da ativa).

Júlio César Costa



Festa dos Bancários: O Sindicato realizou no dia 2 deste mês de maio, em Amparo, a Festa dos Bancários, que reuniu sindicalizados das nove cidades que compõem o Circuito das Águas. Coordenada pelo diretor regional Divino Luz, a Festa aconteceu na Chopperia Paraty e contou com a animação da banda MP2, que tem entre seus integrantes o diretor do Sindicato Pablo.